



## **COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0\*\*31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0\*\*31) 3237.6811 / 3237.6276

Ata da Quinquagésima Primeira Reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil reuniu-se, nos dias 05, 06 e 07 de abril do ano de dois mil e um, na Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas. A abertura solene, no dia 05 realizou-se com a inauguração do Fórum Enoch Reis e a sessão solene no Salão Tucano do Hotel Tropical, oportunidade em que fizeram uso da palavra o Des. Arnaldo Carpinteiro Neres, Vice Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Amazonas, o Des. José Fernandes Filho, Presidente da Comissão Executiva do Colégio, o Ministro Carlos Mário da Silva Veloso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, e o Sr. Amazonino Armando Mendes, Governador do Estado, estando presentes altas autoridades, dentre as quais o Conselheiro José Manuel Cardoso da Costa, Presidente da Corte Constitucional de Portugal. Os trabalhos se iniciaram com palavras do Ministro Carlos Mário sobre o programa do Infojus a Súmula Vinculante a Reforma do Poder Judiciário além de outros temas de interesse da Justiça. O Min. Antonio Pádua Ribeiro, do Superior Tribunal de Justiça, discorreu sobre o controle censório e disciplinar do Poder Judiciário, ressaltando que os Tribunais têm autonomia disciplinar sobre seus membros e juízes. O conselheiro José Manuel Cardoso da Costa agradeceu a acolhida e enalteceu o Poder Judiciário do Brasil. O Des. José Fernandes agradeceu a colaboração do Ministro Carlos Veloso integrando-se ao Colégio em todos os momentos, bem como as honrosas presenças dos Ministros Ilmar Galvão e Pádua Ribeiro; ressaltou ainda a preocupação dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça quanto ao exercício do Poder censório pelos Tribunais estaduais, aguardando o desfecho das ações finais naquela corte para suas decisões disciplinares. Em seguida, discorreu sobre os assuntos da pauta: a Reforma do Poder Judiciário, os Juizados Especiais, a aposentadoria compulsória, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a participação da OAB em todas as fases do concurso, o Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico, a Medida Provisória nº 2.139-62, sobre os depósitos judiciais efetuados em instituições financeiras submetidas à privatização, a aposentadoria complementar, a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 276, sobre o mandato dos titulares dos cargos de direção dos Tribunais, a fixação dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, encerrando com a conclamação aos Presidentes de Tribunais para proporcionarem a presença dos Coordenadores Estaduais, no dias 04,05,06 e 07 de junho deste ano, no IX Encontro dos Coordenadores dos Juizados Especiais em Belo Horizonte. O Des. Márcio Bonilha falou sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e Depósitos Judiciais, a que seguiu ampla discussão; o Des. Rêmolto Letteriello, da Comissão Executiva discorreu sobre o Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário, enquanto o Des. Thiago Ribas, sobre o Fundo de Pensão dos Magistrados e dos Servidores do Poder Judiciário. O Des. Renato Mimessi expôs sobre a criação do “Centro Nacional de Tribunais Estaduais”, tendo o Colégio decidido pela criação de uma comissão para estudar o assunto, constituída pelo próprio Des. Renato Mimessi, pelos Des. Rêmolto Letteriello e Edmundo Minervino. O Senador Bernardo Cabral usou da palavra e se referiu à Comissão da Reforma do Poder Judiciário, de cujo projeto é o Relator no Senado da República e reafirmou o seu compromisso com o Poder



## **COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0\*\*31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0\*\*31) 3237.6811 / 3237.6276

Judiciário. O Des. Hermenegildo Gonçalves, do TJDF, depôs sobre a experiência do Tribunal na realização do Concurso Público para preenchimento de vagas nos serviços notoriais e de registros. O Des. Francisco Xavier expôs sobre a suspensão do processo e a internação do agente na hipótese de dependência toxicológica. O Colégio aprovou a “Carta de Manaus” elaborada por uma comissão composta pelos Desembargadores Thiago Ribas, Renato Mimessi, Robério Nunes, recomendando a sua publicidade. O Des. Francisco Xavier anunciou o Encontro em Santa Catarina nos dias 12,13 e 14 de setembro. Encerrando a reunião o Des. Arnaldo Carpinteiro Peres, em nome da Justiça do Amazonas, do Presidente Djalma Martins da Costa e no seu próprio agradeceu a presença de todos e manifestou sua satisfação com a participação dos Ministros dos Tribunais Superiores e do Conselheiro José Manuel Cardoso da Costa, bem como das esposas dos participantes, consiguindo um voto de louvor ao Presidente José Fernandes Filho, autêntico líder da nobre classe que todos representam. Nada mais havendo eu, Robério Nunes dos Anjos, lavrei a presente ata, que vai devidamente assinada.

Seguem assinaturas.